SENADO FEDERAL

MENSAGEM
Nº 114, DE 2008
(nº 341/2008, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Irlanda.

Os méritos do Senhor Pedro Fernando Brêtas Bastos que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 2 de junho de 2008.

EM No 00200 MRE /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-/APES

Brasília, 29 de abril de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor **PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Irlanda.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* do Senhor **PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Samuel Pinheiro Guimaraes Neto

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS

CPF.: 16129512791
ID.: 7251/MRE

1947 Filho de Pedro Brêtas Bastos e Alda Dutra Corrêa Bastos, nasce em 5 de janeiro, no Rio de Janeiro/RJ
1965 Colégio Militar do Rio de Janeiro (curso médio)
1967 Certificado de Proficiência em Inglês, Universidade de Cambridge (Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte),
1969 Certificado de Proficiência em Inglês, Universidade de Michigan (Estados Unidos da América)
1969 Diploma Superior de Língua e Literatura Francesa, Universidade de Nancy (França)
1970 Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito, da Universidade do Brasil/Rio de Janeiro
1971 Gerência de Capitais, Pontifícia Universidade Católica (PUC- Rio de Janeiro)
1973 Curso de Desenvolvimento Organizacional, Pontifícia Universidade Católica (PUC- Rio de Janeiro)
1973 Administração Pública, Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro
1974 Curso de Gerência Financeira (I e II), Fundação Getúlio Vargas- Rio de Janeiro
1977 Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) - Instituto Rio Branco (Ministério das Relações Exteriores
1978 Terceiro Secretário em 16 de outubro
1978 Divisão da América Central e Setentrional, assistente
1979 Prêmio Lafayette de Carvalho de Silva, Medalha de prata (primeiro lugar no exame vestibular para a carreira de diplomata do Instituto Rio Branco/MRE)
1979 Prêmio Rio Branco, Instituto Rio Branco/MRE, Medalha de Vermeil (primeiro lugar no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata)
1980 Segundo Secretário em 14 de outubro
1980 Prêmio de estágio na Embaixada em Washington (primeiro lugar no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata)
1981 Embaixada em Washington, Segundo Secretário
1981 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - CAD, Instituto Rio Branco/MRE
1984 Embaixada em Lisboa, Segundo e Primeiro Secretário
1986 Primeiro Secretário, por merecimento, em 18 de dezembro
1987 Embaixada em Lagos, Primeiro Secretário, Conselheiro, comissionado
1987 Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
1990 Gabinete do Ministro de Estado, Coordenador-Executivo
1990 Ordem de Mayo, Argentina, Oficial
1990 Ordem do Mérito, Portugal, Oficial
1990 Ordem "Cóndor de los Andes", Bolívia, Cavaleiro

1990 Medalha Mérito Santos Dumont (Força Aérea Brasileira), Brasil
1991 Ordem do Mérito Militar (Exército Brasileiro), Brasil, Cavaleiro
1991 Conselheiro, por merecimento, em 20 de dezembro
1992 Embaixada em Lisboa, Conselheiro
1994 Curso de Altos Estudos - CAE - Instituto Rio Branco/MRE: Tese Nigéria: Ilusão de Grandeza e Real Vocação de Liderança. Considerações sobre as Relações com o Brasil
1995 Mérito Tamandaré (Marinha do Brasil), Brasil
1996 Embaixada em Assunção, Conselheiro
1999 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 29 de junho
1999 Divisão da América Meridional-I, Chefe
1999 Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC), Representante Político do Ministério das Relações Exteriores (1999 a 2004)
1999 Reuniões do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná, Chefe da delegação brasileira (1999 a 2004)
1999 Reuniões da Comissão Mista Brasileiro-Argentina para a Ponte São Borja-Santo Tomé (COMAB), Coordenador da delegação brasileira (1999 a 2004)
2000 Conselho Superior de Preparação do Projeto Aqüífero Guarani (CSPP), Representante do Governo brasileiro (2000 a 2003)
2000 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2000 Ordem do Mérito Aeronáutico (Força Aérea Brasileira), Brasil, Comendador
2001 Ordem do Mérito Naval (Marinha do Brasil), Brasil, Comendador
2001 Ordem Bernardo O'Higgins, Chile, Grande Oficial
2002 Reuniões da Comissão do Acordo de Transportes Fluviais pela Hidrovia Paraguai-Paraná, Chefe de delegação brasileira (2002 a 2004)
2002 Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí (CLQ), Representante do Ministério das Relações Exteriores (2002 a 2004)
2002 Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (CLM), Representante do Ministério das Relações Exteriores (2002 a 2004)
2003 Conselho Superior de Desenvolvimento do Projeto Aqüífero Guarani (CSDP), Representante do Governo brasileiro (2003 e 2004)
2003 Reuniões do Comitê Executivo da Comissão Mista Binacional Permanente em Matéria Energética entre Brasil e Argentina, Representante do Ministério das Relações Exteriores (2003 e 2004)
2004 Grupo de Trabalho para a Construção da Hidrelétrica de Garabi, Rio Grande do Sul, Representante do Ministério das Relações Exteriores
2005 Ministério dos Transportes, Gabinete, Assessor Especial do Ministro de Estado dos Transportes
2005 Senado Federal, Presidência do Senado, Secretaria de Relações Internacionais, Diretor
2005 Ministro de Primeira Classe (Embaixador) em 29 de dezembro
2006 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

IRLANDA

[redacted]





DADOS BÁSICOS

Maio de 2008

Nome oficial e capital:	Éire ou Irlanda, Dublin.
Idioma:	Irlandês e Inglês.
Território e população:	70.280 km²; 4.156.119 (2008).
Forma de Estado:	República. Democracia parlamentar.
Chefe de Estado:	Presidente Mary McAleese (desde 11 de novembro de 1997).
Sistema de governo:	Parlamento bicameral
Chefe de Governo:	Primeiro-Ministro Brian Cowen (desde 7 de maio de 2008).
Sistema legal:	Baseado na *common law* inglesa, substancialmente modificado por conceitos nativos; revisão judicial de atos legislativos pela Corte Suprema; não aceita jurisdição obrigatória da CIJ.
Sistema eleitoral:	Sufrágio universal (a partir de 18 anos).
Religião:	Católica Romana (88,4%), Igreja da Irlanda (3%), outras religiões cristãs (1,6%), outras religiões (1,5%).
PIB:	US$ 253 bilhões (2007)
PIB per capita:	US$ 45.600 (2007)
Crescimento do PIB:	5,3% (2007)
Moeda:	Euro
Expectativa de vida:	75 anos/homens e 81 anos/mulheres
Taxa de natalidade:	14,3/1000 hab. (2008)
Taxa de mortalidade infantil:	7,77 /1000 nascidos vivos (2008)

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS

PIB: US$ 253 bilhões (est. 2007)
PIB per capita: US$ 45 mil (PPP) (est. 2007)
Inflação: 4,7% (est. 2007)
Investimento: 25,4% do PIB
Taxa de desemprego: 5% (est. 2007)
Principais produtos: maquinaria, computadores, produtos químicos e farmacêuticos, aço.

COMÉRCIO BILATERAL

BRASIL-IRLANDA	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (até abril)
Exportações	164.734.948	187.897.692	232.237.392	339.172.326	346.670.097	99.356.512
Importações	223.340.584	267.782.367	288.156.101	322.207.476	424.289.664	144.198.105
Saldo	-58.605.636	-79.884.675	-55.918.709	16.964.850	-77.619.567	-44.841.593

Principais produtos exportados ao Brasil: medicamentos, implantes expandíveis de aço, compostos heterocíclicos.

Principais produtos importados do Brasil: aviões a turbojato, minério de alumínio, madeira.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Mary McAleese
Presidenta da Irlanda

Nascida em 27 de Junho de 1951, a mais velha de nove irmãos, Mary McAleese cresceu na Irlanda do Norte em uma época violenta que ficaria conhecida como "The Troubles" (final dos anos 60 a 1998). Sua família foi uma das várias atingidas pelo conflito.

Graduou-se em Direito pela Queen's University de Belfast, em 1973. Foi nomeada 'Reid Professor' de Direito Criminal, Criminologia e Penologia no Trinity College, Dublin, para os períodos de 1975-79 e 1978-87. Trabalhou na televisão nacional, RTE, como jornalista e apresentadora de programa jornalístico, 1979-85. Ocupou ainda os cargos de Diretora do Channel 4 e Diretora da Northern Ireland Electricity.

Foi Diretora do Instituto de Estudos Legais Profissionais na Queen's University, de Belfast, em 1987. Foi a primeira mulher a ocupar o cargo de Pro-Vice Chanceler da 'Queen's University' de Belfast em 1994-97. Membro Profissional das Associações Internacional e Européia de Advogados.

Eleita a oitava Presidente da Irlanda em 31 de outubro de 1997 com o apoio do Partido do Governo, Fianna Fáil, para um mandato de sete anos (até 2004). Assumiu em 11 de novembro do mesmo ano.

De personalidade extremamente admirada e respeitada, a Presidente não tem atribuições políticas ou executivas, mas tão somente institucionais e protocolares. Vem auxiliando, no entanto, com especial habilidade, no diálogo entre unionistas e republicanos no Norte, onde goza de grande prestígio e influência social.

Mesmo sem papel político, permite-se, porém, um papel pedagógico: em viagem aos Estados Unidos da América, por ocasião do St Patrick's Day, em março de 2003, fez críticas bastante duras à alcoolatria irlandesa.

Foi reeleita em 1º de outubro de 2004.

É casada com o Dr. Martin McAleese, Contador e Dentista, e tem três filhos: Emma (1982) e o gêmeos Sara-Mai e Justin (1082).

Brian Cowen
Primeiro-Ministro (Taoiseach)

Nascido em 10 de janeiro de 1960, em Tullamore, condado de Offaly, filho de Bernard and May Cowen. Tanto seu pai quanto um de seus irmãos, Barry, foram membros do partido Fianna Fáil (*Soldados do Destino*).

Graduou-se em Direito pela University College de Dublin, e continuou sua educação na Incorporated Law Society da Irlanda.

Eleito pela primeira vez para o Dáil em junho de 1984, na primeira eleição para um cargo público que disputou. Na ocasião, tornou-me o membro mais jovem do partido, aos 24 anos.

Foi Ministro do Trabalho entre 1992 e 1993, Ministro dos Transportes, Energia e Comunicação de janeiro entre 1993 e 1994.

Foi porta-voz de seu partido, o Fianna Fáil, para Agricultura, Alimentação e Florestas entre 1994 e 1997, e para a Saúde em 1997.

Ocupou o Ministério da Saúde e Infância de junho de 1997 a janeiro de 2000.

Foi Ministro dos Negócios Estrangeiros de janeiro de 2000 a setembro de 2004, quando assumiu o Ministério das Finanças.

Cowen foi nomeado Vice Primeiro Ministro, e renomeado Ministro das Finanças em junho de 2004. Ocupou o cargo até 2008.

Assumiu o cargo de Primeiro Ministro em 7 de maio de 2008, após a renúncia de Bertie Ahern, e encabeça uma coalizão liderada pelo seu partido.

É casado com Mary Molloy e tem duas filhas.

Micheál Martin
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Filho de Paddy e Laura Martin, Martin nasceu em Cork, em 1° de agosto de 1960.

Graduou-se e pós-graduou-se na Universidade College de Cork. Antes de entrar na vida pública, foi professor do ensino secundário.

Eleito pela primeira vez para o Dáil Éireann (câmara de deputados) em 1989, ocupou o cargo de "Lord Mayor" de Cork entre 1992 e 1993. Em 1995, foi nomeado porta-voz para Educação, e Ministro da Educação e Ciência em 1997, cargo que ocupou até o ano 2000. Como Ministro da Educação, procurou combater o analfabetismo.

Assumiu, em seguida, o Ministério da Saúde e Infância, onde realizou ação pioneira de combate ao fumo. A Irlanda foi o primeiro país do mundo a implementar a proibição do fumo em todos os locais de trabalho. Tal postura valeu a Martin diversos prêmios, como a Medalha de Ouro da Sociedade Européia de Cardiologia. Aumentou os recursos para o serviço de saúde e iniciou reformas para o estabelecimento do Serviço de Saúde Executivo (HSE).

Participou de comitês nas áreas de Língua Irlandesa, Combate ao Crime e Finanças. Foi membro da Comissão de Metas e Estruturas do Fianna Fáil.

Foi nomeado Ministro do Investimento, Comércio e Emprego, cargo que ocupou de setembro de 2004 a maio de 2008.

Assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros em maio de 2008.

É casado com Mary O'Shea, e tem quatro filhos.

INFORMAÇÕES GERAIS

Breve Histórico

A partir do século final do século XV, o domínio inglês se expandiu, pelos esforços da dinastia Tudor. A conquista da Irlanda se completou em 1603, no reinado de Elizabeth I, e o colapso da estrutura social e política gaélica já se testemunhava ao final do século XVII, como resultado de colonização protestante inglesa e escocesa.

Após a Revolução Irlandesa de 1641, os católicos e protestantes não-conformistas irlandeses foram proibidos de votar ou serem eleitos para o parlamento. Ao final do século XVIII, o Parlamento Anglicano Irlandês já havia alcançado grande grau de independência do Parlamento Britânico. A condição altamente desfavorável dos católicos na Irlanda fomentou, desde a época, idéias de criação de uma Irlanda independente, sob uma Constituição republicana. Apesar do apoio francês, a Rebelião Irlandesa de 1798 foi debelada pelas forças britânicas.

Em 1800, os Parlamentos Britânico e Irlandês aprovaram o **Ato de União**, que incorporou, em 1801, a Irlanda ao Reino da Grã-Bretanha, unindo as coroas. A Irlanda passou, assim, a fazer parte de um Reino Unido expandido, sob as ordens de Londres.

A Irlanda foi palco da **Grande Fome**, que começou na década de 1840, e causou a morte de mais de milhão de irlandeses, além da migração de outro milhão. Estima-se que, ao final daquela década, cerca de metade de todos os imigrantes para os Estados Unidos eram originários da Irlanda. Hoje, cerca de 12% da população americana tem ancestrais irlandeses. A emigração em massa continuou nas décadas seguintes, declinando apenas no século XX.

O fim do século XIX e o início do século XX assistiram ao recrudescimento do nacionalismo na Irlanda, especialmente entre a população católica. Daniel O´Connell e Charles Stewart Parnell são nomes de destaque neste período. Os protestantes eram contra a anulação do Ato de União. As primeiras décadas do século passado constituíram palco de uma escalada de conflitos, como o "Easter Rising" (o Levante da Páscoa) de 1916 e a Guerra de Independência da Irlanda, em 1919.

Em 1921, um tratado foi firmado entre o Governo britânico e os líderes da revolução irlandesa. Pelo tratado, a Irlanda seria dividida em dois Estados: a Irlanda do Norte, de maioria protestante, e ainda parte do Reino Unido, e o Estado Livre da Irlanda, de maioria católica.

Discórdias sobre o tratado causaram cisma no movimento nacionalista, e levaram, subseqüentemente, à Guerra Civil Irlandesa. A Guerra terminou em 1923, com derrota das forças contrárias ao tratado.

Em 1937, o Fianna Fáil, partido que se opunha ao tratado, foi eleito para o governo. Por referendo, aprovou nova Constituição que alterou o nome do país para "Éire", ou, em inglês, "Ireland". Em 1949, o Estado declarou-se uma República.

O Estado manteve-se neutro durante a Segunda Guerra Mundial. Ofereceu algum apoio aos Aliados. Estima-se que cerca de 50.000 voluntários uniram-se às Forças Armadas britânicas durante o conflito.

Na Irlanda do Norte, na década de 1970, formou-se o IRA – Exército Republicano Irlandês, contrário ao que chamou de "ocupação britânica de seis condados". O IRA e outros grupos, de ambos os espectros ideológicos, iniciaram um violento período conhecido como "The Troubles"

A Irlanda foi incorporada à Comunidade Européia em 1973, junto com o Reino Unido e a Dinamarca. A partir do final da década de 1980, a economia irlandesa passou a registrar altos índices de crescimento, em um fenômeno que levou o país a ser apelidado de "**Tigre Celta**". Em 2007, tornou-se o 5° maior país do mundo (em termos de PIB *per capita*, e o segundo mais rico da União Européia. Por conta disso, o país deixou de ser um país de emigração, e passou a receber levas de imigrantes.

Em 1998, após um cessar-fogo provisório do IRA e conversações de lado a lado, o "Belfast Agreement" foi concluído e ratificado por referendo. Os episódios de violência diminuíram e, em 2005, o IRA anunciou o fim da campanha armada. Seu arsenal foi desmantelado, e, em 2007, o Reino Unido cessou seu programa de apoio militar à Irlanda do Norte, retirando grande parte das tropas.

Em 2006, foi anunciado que a República da Irlanda passaria a se referir, no âmbito das reuniões da União Européia, como Éire-Ireland, a partir do ano seguinte. Em 2007, o irlandês foi reconhecido como língua de trabalho no Bloco.

Sistema Político

O processo político na República da Irlanda se dá em um sistema de democracia parlamentar representativa. Há pluripartidarismo, mas o cenário político é dominado pelo Fianna Fáil e pelo Fine Gael (*Família ou Tribo dos Irlandeses)*, entidades historicamente rivais.

O Poder Executivo é exercido pelo governo. O Chefe de Estado é o Presidente da Irlanda. Devido ao sistema parlamentarista, o Presidente exerce principalmente funções cerimoniais e protocolares, e é eleito por votação direta e secreta, sob um complexo sistema de "Voto Alternativo", ou representação proporcional. O mandato é de sete anos, com possibilidade de apenas uma reeleição. O Presidente é auxiliado pelo Conselho de Estado. Não há Vice-Presidente no país. Caso o Presidente esteja impossibilitado de exercer suas funções, ou, ainda, o cargo encontre-se vago, as funções serão exercidas pela Comissão Presidencial.

A Constituição prevê que o Governo deve consistir de pelo menos sete, e não mais que quinze, membros, a saber: o Taoiseach (Primeiro-Ministro), o Tánaiste (Vice-Primeiro-Ministro) e até treze outros Ministros. O Taoiseach é escolhido pelo Presidente, após ser indicado pelo Dáil Éireann. Os outros Ministros são nomeados pelo Taoiseach, e, depois disso, aprovados pelo Presidente e pelo Dáil. O Taoiseach pode renunciar ou pedir ao Presidente para dissolver o Dáil, caso não tenha apoio parlamentar. Nesse caso, uma eleição geral é convocada.

O Poder Legislativo é representado pelo Parlamento, o "Oireachtas". O Oireachtas, parlamento nacional bicameral, é comporto pelo Presidente e pelas duas casas: a Dáil Éireann (câmara baixa) e o Seanad Éireann. O Judiciário é independente. O Dáil é, de longe, a casa dominante na legislatura. O Presidente não pode vetar leis aprovadas pelo Oireachtas, mas pode apelar à Suprema Corte Irlandesa, caso entenda que sejam inconstitucionais.

Os membros do Dáil são conhecidos como Teachta Dála, ou TDs. Atualmente há 166 TDs. O Taoiseach, o Tánaiste e o Ministro das Finanças devem ser obrigatoriamente membros do Dáil. Os outros membros do Governos também devem ser membros do Dáil, com a exceção de até dois, que podem ser membros do Seanad. Apenas o Dáil pode iniciar e emendar projetos que envolvam finanças e impostos. Desde os anos 1990, nenhum partido conseguiu maioria no Dáil, obrigando a formação de governos de coalizão.

O Seanad Éireann é, em grande medida, órgão de aconselhamento. Consitui-se de 60 membros, sendo que 11 são nomeados pelo Taoiseach e até 6 são eleitos por determinadas Universidades nacionais. Os outros 43 são eleitos por meio de um painel de candidatos. O eleitorado, neste caso, consiste de 60 membros do Senado corrente, os 166 TDs, e 883 membros dos Conselhos ao redor do País. O Seanad tem poderes para adiar projetos de lei, reservando 90 dias para analisá-los e emendá-los, antes de enviá-los ao Dáil. No caso de projetos envolvendo finanças e impostos, este prazo cai para 21 dias, e o Seanad pode apenas fazer recomendações ao Dáil, e não emendas.

O ordenamento jurídico da República da Irlanda se baseia da "common law". O Judiciário consiste na Suprema Corte, na Alta Corte e em várias cortes baixas estabelecidas por lei. Os juízes são escolhidos pelo Presidente, após serem indicados pelo Governo, e perdem seu posto apenas por má conduta ou incapadicade – ainda assim, apenas por resolução de ambas as casas do Oireachtas. A Suprema Corte é o órgão de apelação máxima do País, e tem a função de controle de constitucionalidade.

A Irlanda não é País-membro da OTAN, e tem tradição de neutralidade militar. Isso faz com que suas forças tenham sucesso em contribuir com as missões de paz das Nações Unidas, das quais participam desde a crise no Congo em 1960.

A Constituição que rege o Estado irlandês é a Bunreacht na Éireann, adotada em 1937, inspirada pela tradição da democracia liberal. O documento define os organismo de governo e garante certos direitos fundamentais. Pode sofre emenda apenas por meio de referendo. A Constituição irlandesa já foi emendada 27 vezes.

POLÍTICA INTERNA

Os contornos do quadro partidário não são, como em outras democracias liberais européias, definidos por posicionamento ideológico clássico. Os dois grandes partidos "Fianna Fail" e "Fine Gael" - que se alternam no poder desde a Independência, adotam, basicamente, a mesma orientação em termos de filosofia de governo. São partidos liberais, congregadores de lideranças enraizadas na burguesia industrial e agrária e nas profissões liberais.

O Fine Gael é tido como partido 1) ligeiramente mais conservador que seu rival, 2) mais identificado com o meio agrário irlandês e 3) mais autoritário em matéria de ordenamento interno. Por contraposição, o Fianna Fail, partido do atual Taoiseach, aparece como agremiação mais cosmopolita, capaz de, com mais facilidade, assimilar e impulsionar transformações sociais (desde que orientadas no sentido liberal).

A distinção essencial entre os dois partidos é de natureza histórica. Remonta à época da independência irlandesa, diz respeito à situação institucional da Irlanda do Norte, e teve seu sentido inicial diluído com a evolução do Estado irlandês. Originam-se ambos do Sinn Féin (*Nós mesmos*) histórico

O ex-Primeiro Ministro Bertie Ahern renunciou em 6 de maio, após 11 anos como Primeiro-Ministro e menos de um ano após haver sido confirmado no cargo quando da vitória de seu partido, o Fianna Fáil, nas eleições parlamentares.

A renúncia representou um melancólico término de longa e bem-sucedida gestão como Primeiro Ministro, sobretudo nas áreas da economia e da política externa. Não obstante esse período difícil para Ahern, tem sido generalizado o reconhecimento das realizações do Governo irlandês durante o período de sua gestão como Primeiro Ministro, particularmente do papel decisivo que desempenhou para o êxito do processo de paz da Irlanda do Norte.

O "timing" não parece ser dos melhores. De fato, o grande tema político em que estará envolvida a Irlanda nos próximos meses é a aprovação do **Tratado de Lisboa**, a ser submetido a referendo popular. Os dois partidos rivais, Fianna Fáil e Fine Gáel, assim como seus aliados nas coalizões de governo e oposição, favorecem o Tratado e anunciam forte campanha pelo "sim" e devem, portanto, trabalhar em harmonia para aquele fim. Os sinais de enfraquecimento da economia irlandesa poderão predispor o eleitorado naquele sentido.

Bertie Ahern buscou estreitar as relações da Irlanda com o Brasil, havendo realizado visita oficial a nosso país, em junho de 2001, e decidido, em seu regresso, abrir a Embaixada irlandesa em Brasília. Ao longo de seu governo, foi gradual mas visível o aumento do interesse irlandês pelo País. Ahern não se manifestou publicamente sobre a campanha da Irish Farmers Association contra as exportações de carne brasileira para a União Européia e, em algumas ocasiões, expressou reconhecimento pela contribuição dos imigrantes brasileiros para a retomada do crescimento econômico em regiões deprimidas do país.

Brian Cowen, na sua condição de líder do Fianna Fáil após a renúncia de Bertie Ahern, foi ungido pela Presidenta Mary McAleese no cargo de Taoiseach (PM). Apesar de jovem (48 anos de idade) Cowen já é parlamentar há 24 anos. Cowen é, sobretudo, homem de partido, estimado por seus colegas de bancada. Ao contrário de Bertie Ahern, contemporizador e supremo negociador, Cowen é considerado exímio e áspero debatedor nos constantes embates retóricos que caracterizam o sistema parlamentar de governo A Chancelaria é chefiada por Micheál Martin, de 47 anos de idade mas também parlamentar veterano, com 19 anos no Dáil. Cabe-lhe enfrentar, logo início, a difícil tarefa de induzir o eleitorado irlandês a ratificar o Tratado de Lisboa.

Irlanda e União Européia

Pesquisa realizada recentemente sobre a intenção de voto da população irlandesa no "referendum" sobre o Tratado de Lisboa, previsto para o dia 12 de junho próximo surpreenderam o Governo com resultados no mínimo preocupantes. Ao contrário de consulta realizada em fevereiro, quando o SIM chegou a superar o NÃO com ampla margem (43% contra 24%), na última

consulta, o quadro se alterou radicalmente: 35% dos consultados apoiaram o Tratado e 31% manifestaram-se contra. Ou seja, a margem a favor do SIM se erodiu, com o agravante de que o diferencial de 4 pontos percentuais mal supera o erro técnico de 3%.

ECONOMIA

Entre os países europeus, a Irlanda é um dos que mais corre o risco de ser seriamente prejudicada pelo desaquecimento da economia norte-americana:

a) é significativa a participação dos EUA no total do comércio exterior da Irlanda. Em 2006, o mercado norte-americano absorveu 18% das exportações e foi responsável por 11% das importações irlandesas. Na zona do euro, apenas a Bélgica e o Luxemburgo seriam mais dependentes do mercado norte-americano;

b) em 2005, do total de 1.050 companhias estrangeiras estabelecidas no país, 473 eram de origem norte-americana (45%). Essas firmas empregariam 93.331 funcionários, ou seja, 70% dos empregos gerados pelas multinacionais na Irlanda.

c) como são fortes os laços financeiros, a crise econômica nos EUA diminuirá a capacidade de crédito dos bancos locais e seu interesse em negociar hipotecas e financiar o setor de construção, um dos motores da economia irlandesa; e

d) com a desvalorização do dólar e a queda da atividade econômica, o fluxo de turistas norte-americanos e a remessa de recursos dos imigrantes irlandeses tendem a declinar.

Pelas razões expostas, constitui perspectiva sombria para a economia irlandesa a eventualidade de uma recessão da economia norte-americana ou, na melhor das hipóteses, uma curta desaceleração. A economia irlandesa está, de fato, perdendo dinamismo e ingressando num período de baixo crescimento. Os sinais já são evidentes: o desempenho do setor de construção não é o mesmo de outros anos (queda de 88.000 novas unidades em 2006 para 50.000 unidades, em 2008); a perda de receita tributária nos dois primeiros meses do ano é da ordem de 8,3%, o que dificulta a execução do orçamento para 2008; e o número de desempregados elevou-se de 33.000 para 135.000 nos primeiros meses de 2008.

Estima-se que a economia da Irlanda poderá crescer somente 1,8% em 2008, menor nível registrado desde 1988, como resultado da redução do nível geral de investimentos de 7,4% e da contração dos investimentos imobiliários em 30%. As contas externas tampouco revelam-se animadoras. Embora a Irlanda

deva registrar em 2008 pequeno superávit comercial, a conta de capital continuará a ser deficitária, comprometendo o saldo do balanço de pagamentos. Para 2008 e 2009, estima-se que as contas externas deverão estar no vermelho (-5,1% e -5%, respectivamente).

No que diz respeito ao resto da economia, o quadro tampouco é animador. O setor exportador enfrenta uma incômoda valorização do euro. Nos últimos dois anos, a valorização cambial foi de 18,9% contra o dólar norte-americano e de 17,4% contra a libra inglesa, seus dois maiores mercados. Simultaneamente, o setor produtivo irlandês, a exemplo da experiência mundial, vem enfrentando pressão decorrente do aumento dos seus custos. Têm-se elevado de forma sistemática os custos da energia, dos transportes e das matérias-primas. Não foi, portanto, surpresa que, em março passado, os preços para o consumidor tivessem apresentado incremento anualizado de 5% (índice oficial).

Uma das principais razões pelas quais as empresas estrangeiras, notadamente norte-americanas, se instalaram na Irlanda é a cobrança da "corporate tax" de 12,5%, nível muito inferior ao praticado nos demais países europeus. Para efeito de comparação, na França, o "Impôt sur les Sociétés", em termos efetivos, é de 34,33%. Na Alemanha, após 1 de janeiro de 2008, a "corporate tax" foi reduzida de 38,7% para 29%.

Portanto, a eventual uniformização da metodologia de cálculo da "corporate tax" ou, alternativamente, a definição de uma taxa única (hipótese pouco plausível) representaria duro golpe para a economia irlandesa. A carga tributária total da Irlanda está atualmente na faixa de 28%, e a "corporate tax" de 12,5% constitui a "espinha dorsal" do sistema tributário, sendo, como assinalado, uma das fontes de atração de investimentos estrangeiros. Pelas razões expostas, a Irlanda tende a vetar qualquer tentativa de introduzir um valor de "corporate tax" harmonizado com a União Européia

RELAÇÕES CONSULARES

As ações na área consular são, sem dúvida, as que mais demandam atenção por parte da Embaixada do Brasil em Dublin, que têm manifestado sua preocupação com as crescentes dificuldades enfrentadas por nossos nacionais na Irlanda, em particular com os crescentes casos de deportação e de denegação de entrada no país.

Dado o aumento exponencial do fluxo de imigrantes nos últimos anos, o Governo irlandês se vê na contingência de limitar a entrada de estrangeiros. A situação, particular dos brasileiros, contudo, não é satisfatória. Estima-se que o Brasil responda por 36% do contingente de estrangeiros impedidos de entrar na Irlanda nos últimos meses.

Maiores restrições à permanência e ao ingresso no território irlandês poderiam emergir em decorrência do aumento da imigração oriunda dos países do Leste Europeu e do impacto sobre as oportunidades de empregos para os brasileiros, da desaceleração da economia e à luz do projeto de "Lei sobre Imigração, Residência e Proteção", divulgado pelo Ministro da Justiça no início do ano.

A comunidade brasileira na Irlanda é de natureza pacífica e trabalhadora. Os nacionais buscam oportunidades de trabalho e estudos na Irlanda. No caso destes últimos, o fazem para elevar o nível de proficiência da língua inglesa.

Observa-se estar havendo, nos pontos de entrada, mal-entendidos e atitudes por vezes contraditórias por parte dos agentes da imigração no que tange aos documentos e outros requisitos exigidos para a entrada no território irlandês. Nesse sentido, o conhecimento, com maior clareza, sobre os documentos e as formalidades exigidas para o ingresso no país contribuiria para melhor orientar os brasileiros que planejem viajar para a Irlanda com os mais diversos propósitos (estudo, turismo, trabalho, participação em congressos, etc.). De modo a prestar a assistência necessária, há necessidade de facilitação dos contatos e acesso entre os nacionais objeto de detenção e os funcionários do Setor Consular, assim como com as autoridades imigratórias quando nossos nacionais tiverem sua entrada denegada.

Há pelo menos três casos registrados este ano de estudantes brasileiros detidos em prisões irlandesas, sob a alegação, por parte das autoridades migratórias, de que seriam insuficientes os recursos apresentados para sua subsistência no período de estada pretendida. Os estudantes manifestaram inconformidade por terem sido submetidos a procedimentos constrangedores, idênticos aos conferidos a presas comuns, com as quais compartilharam o mesmo espaço. No incidente envolvendo os três estudantes, constatou-se que não dispunham de reserva em hotel, o que configurava, por si só, o não-cumprimento de requisito para a entrada.

No episódio envolvendo a denegação de entrada de nacionais brasileiros, por ocasião da partida amistosa entre as seleções de futebol de Brasil e Irlanda, no dia 6 de fevereiro deste ano, muitos dos brasileiros que tiveram a entrada autorizada para assistir o jogo permaneceram no país além do prazo permitido para sua estada. O lado irlandês lembra ainda a existência de um forte contingente de brasileiros "em situação ilegal" no país configura questão complicada e que a recorrência de episódios como esse tampouco ajudam.

Apesar dessas dificuldades, a Imigração mostra-se aberta a discutir soluções concretas para evitar a ocorrência de novas situações de denegação de ingresso que acabem por obrigar ao envio dos brasileiros aos centros de detenção. A imagem dos brasileiros é positiva na Irlanda e isso tem, certamente, um peso nas considerações do Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre os temas tratados. A Embaixada do Brasil em Dublin continua em contato estreito com as autoridades da Imigração.

Dados Estatisticos

São os seguintes os dados estatísticos disponíveis sobre a entrada de brasileiros na Irlanda nos anos de 2006, 2007 e 2008 fornecidas pela Chancelaria local e pelo "Immigration Bureau" da Polícia Nacional (Garda):

ANO DE 2006 (dados encaminhados pela Chancelaria local):

- 4243 brasileiros foram autorizados a ficar no país. Desse total, 1612 referem-se a primeiros registros e 2631 referem-se a renovações de permanência.
- 1301 brasileiros tiveram a entrada denegada no território irlandês;

ANO DE 2007 (dados fornecidos pela Polícia Nacional " Bureau de Imigração):

- 6013 brasileiros foram autorizados a ficar no país. Desse total 2.483 autorizações referem-se ao primeiro registro de permanência, e 3.496 correspondem a renovações. Dos 6013 brasileiros, 34 ainda estão em situação provisória, pois não foram pagas as taxas de renovação.
- 115 repatriações assistidas (com a ajuda da OIM);
- 33 casos de deportação.
- Denegações de entrada: dado ainda não foi informado.

ANO DE 2008 (dados da Polícia Nacional " Bureau de Imigração):

3.500 entradas de brasileiros na Irlanda (de 1º de janeiro até 29 de fevereiro);
385 casos de denegação de entrada (de 1º. de janeiro a 19 de março);
54 casos de repatriação assistida com a ajuda da OIM (de 1º.de janeiro até 28 de março).

As autoridades imigratórias e a Chancelaria local reconhecem que o percentual de denegações é elevado (mais de 10% com relação às admissões no corrente ano), mas afirmam serem as estatísticas reflexo do interesse crescente demonstrado pelos cidadãos brasileiros em relação ao país e do crescente número de admissões. Nesse contexto, seria esperada a ocorrência de uma margem de casos em que os requisitos não são cumpridos ou, que, como tem ocorrido, haja por parte de alguns postulantes à entrada a intenção de utilizar o país como porta de entrada para o Reino Unido com vistas à imigração ilegal.

As associações que apoiam os brasileiros na Irlanda, em caráter voluntário e não-remunerado, são o "Centro de Apoio a Brasileiros na Irlanda" e a "Associação de Brasileiros em Gort". Existem, ainda, pequenas empresas dirigidas por brasileiros que fornecem serviços, embora remunerados, à comunidade brasileira: "BrazilforAll", "Apoio Internacional"e "Real Transfer".

Ademais do trabalho desenvolvido por essas entidades e empresas brasileiras, a Embaixada tem recebido a cooperação da OIM e do Immigrant Council, organização não- governamental, o que tem permitido ampliar a troca de informações e a assistência aos brasileiros residentes ou que viajem para este país.

A Chancelaria irlandesa aprovou, e o Brasil está tomando as providências para efetivar a criação do Consulado Honorário em Cork, com jurisdição sobre os condados de Cork, Kerry e Waterford.

A MEI-REL S.A, associação que congrega cerca de dois terços das escolas de inglês reconhecidas da Irlanda, afirma que procedimentos inconsistentes adotados pela polícia de imigração estão prejudicando a capacidade do país de competir no lucrativo mercado de cursos de línguas destinados a estrangeiros. Cerca de 200 mil estudantes vêm à Irlanda anualmente para aprender inglês. Os brasileiros respondem por menos de 2 por cento dos estudantes matriculados em escolas de inglês reconhecidas.

A Organização Internacional das Migrações (OIM) informa que o número de brasileiros que têm recorrido à Organização tem crescido sensivelmente. A grande maioria dos pedidos de assistência recebidos na Irlanda (cerca de 60%) é originária da comunidade de brasileiros que vieram para este país, sobretudo a partir dos Estados de Goiás (Goiânia) e Minas Gerais (Uberlândia). A OIM estima que os brasileiros em situação legal na Irlanda seriam da ordem de quatro a cinco mil e aqueles em situação irregular, em torno de 12.000. Em 2007, 250 pessoas foram beneficiadas pelo programa de repatriação voluntária. Dessas, 100 eram de nacionalidade brasileira (40%). O número de brasileiros assistidos tem crescido.

Uma das principais iniciativas da OIM é o projeto "Assessment of Brazilian Migration Patterns and Assisted Voluntary Return Programme from selected European Member States to Brazil", co-financiado pela Comissão Européia, e que compreende pesquisa para avaliar os padrões migratórios de brasileiros em situação irregular, em particular na Irlanda, Bélgica e Portugal. O objetivo do projeto é adaptar o programa de retorno assistido às necessidades dos brasileiros, tendo em vista a crescente demanda por assistência formulada pelos nacionais à OIM.

Lei de Imigração, Residência e Proteção

O Ministério da Justiça irlandês aprovou o projeto da "Lei de Imigração, Residência e Proteção", a primeira peça legislativa a tratar simultaneamente da questão da migração econômica e do processo de asilo. A medida, publicada em 29 de janeiro, suscitou enorme preocupação e deverá, segundo o "Immigrant Council", ainda receber emendas para que possa, efetivamente, vir a configurar um sistema de imigração justo e transparente.

Pela proposta, estabelece-se novo sistema para a concessão de vistos a nacionais estrangeiros não originários da UE. A permissão para viver no país deverá estar contida na permissão de residência, a qual conterá dados biométricos do candidato à entrada. Os dispositivos de permissão para residência de longo prazo estabelecem o limite de 5 anos ou mais para os que já se encontram no território, e de dois anos para certas profissões. A permissão para residência deve ser renovada a cada 5 anos.

A lei introduz, ainda, dispositivos de detenção nos postos de polícia ou em prisões para aqueles estrangeiros suspeitos de estar ilegais no país. Prevê-se sua imediata deportação, sem pré-aviso, se eles não estiverem de posse de autorização explícita de residência sujeita a proteção concedida pelo direito internacional. A não-cooperação com a deportação será considerada contravenção. Por fim, são introduzidas novas regras para o reconhecimento de casamento entre nacionais irlandeses e cidadãos de países fora da UE, bem como entre estes.

Caso venham a ser aprovadas, as medidas cogitadas deverão ter impacto negativo para a comunidade brasileira na Irlanda. Estima-se que metade dos brasileiros que atualmente se encontram neste país não dispõem de situação regular (estima-se em 7.500 os brasileiros sem documentação). Isso significa que a pressão para que deixem o país deverá intensificar-se e gerar, inclusive, problemas relacionados aos custos das deportações. Por outro lado, as medidas na fronteira também deverão visar com mais rigor os brasileiros que apresentam pedidos de entrada no país.

Embora o perfil dos brasileiros que têm atualmente entrado na Irlanda tenha-se modificado nos últimos tempos, com a vinda de estudantes e pessoas de melhor nível educacional, não parecem ser poucos os que, a pretexto de vir estudar na Irlanda, são estimulados por agências de viagem e pessoas inescrupulosas a permanecer no país para trabalhar além do número de horas permitidas para os estudantes. A respeito, têm chegado ao conhecimento da Embaixada reclamações de brasileiros que pagaram preços elevados por cursos que não atendem às suas expectativas. Da mesma forma, têm chegado ao conhecimento do Consulado situações de penúria de brasileiros que venderam suas posses no Brasil para financiar "pacotes" que prometem emprego no país. A situação dos brasileiros será, doravante, objeto de muito maior escrutínio por parte das autoridades locais irlandesas, em função das novas tendências delineadas no campo da imigração e da desaceleração econômica no país. Este último aspecto, por si só, já deverá motivar o retorno dos brasileiros que estão empregados em certos setores, como a construção civil.

POLÍTICA ENERGÉTICA

O objetivo central da política energética irlandesa é a promoção de uma oferta sustentável de energia até o ano 2020, e, para isso o Plano de Desenvolvimento Nacional 2007- 2013 destinou 8,5 bilhões de euros para a realização de investimentos no setor energético. No campo energético, a maior prioridade da Irlanda é assegurar fornecimento, pois importa grande parte de suas necessidades de energia, o que deixa o país extremamente vulnerável à volatilidade dos preços e à descontinuidade de fornecimento.

Além do suprimento de energia constituir importante "constraint", na visão das autoridades locais também é fonte de preocupação a alta participação de carvão e combustíveis fósseis na matriz energética, respectivamente 21% e 67%. A parcela atribuída às fontes renováveis (eólica) é ainda pouco expressiva (7%).

O governo irlandês pretende promover forte campanha para tentar reduzir a meta de 20% de corte proposta pela Comissão Européia.

Petrobras

O Ministério de Comunicações, Energia e Recursos Naturais da Irlanda tem descrito como preocupante a situação de dependência energética em que se encontra a Irlanda quanto ao seu abastecimento em combustíveis fósseis, razão pela qual o Governo tem grande interesse em que as empresas detentoras de concessões para exploração de gás e petróleo sejam bem sucedidas em suas pesquisas.

Em dezembro de 2007 visitou Dublin missão da Petrobras para iniciar conversações com duas empresas irlandesas, "Providence Resources" e "Island Oil and Gas", detentoras de concessões para explorar petróleo no litoral atlântico do país. A iniciativa do encontro partiu dos irlandeses, que não dispõem de tecnologia, equipamentos e até mesmo capital suficiente para realizar sondagens em águas profundas.

Levantamentos geológicos realizados na Costa Oeste da Irlanda indicam a possibilidade de existência de petróleo e gás a grande profundidade e poderia haver interesse de nossa empresa em firmar parcerias. Entretanto, os altos custos de perfuração naquela área e a presente conjuntura, em que a Petrobrás está engajada em numerosas e promissoras iniciativas no exterior e no próprio litoral brasileiro após a descoberta do campo de Tupi, levaram a missão brasileira a esclarecer as empresas irlandesas sobre as dificuldades existentes para o deslocamento, no próximo ano, de plataformas de exploração para o litoral irlandês.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Forfás, agência do Governo irlandês em matéria de comércio, indústria e inovação, informou que as empresas exportadoras irlandesas tiveram bom desempenho no ano passado. Em 2007, estima-se que as exportações tenham crescido 15,8%, em valor. No entanto, para 2008, a agência identifica algumas dificuldades. Nos últimos cinco a seis anos, o crescimento econômico irlandês baseou-se, sobretudo, no aumento da demanda doméstica, notadamente no setor de construção e na prestação de serviços. O setor externo não constituiu o motor da economia.

Com o Brasil, o contato de promoção comercial demonstra existência de grande interesse, embora o nível de informação sobre o país demonstre a necessidade de um trabalho mais incisivo de divulgação. A carência de informação sobre o Brasil e o potencial de nossa economia recomenda contatos subseqüentes, de forma a dar continuidade e concretude a entendimentos preliminares mantidos com autoridades locais.

Há interesse da Câmara de Comércio de Cork em organizar viagem de negócios ao Brasil, bem como receber uma futura missão brasileira, com a presença de representantes do empresas construtoras e funcionários da Embaixada para examinar, de maneira mais aprofundada, possibilidades de cooperação com o Brasil.

A "Enterprise Ireland" é a entidade responsável pela promoção dos interesses da classe empresarial irlandesa, e coordena, por intermédio de seu escritório em São Paulo, visita ao Brasil do Ministro do Comércio Exterior da Irlanda, Sr.John McGuinness, em maio.

Restrições à carne brasileira

A Comissão Européia não publicou em 30 janeiro a lista das 2681 fazendas brasileiras autorizadas a exportar para a União Européia. O Ministério Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) do Brasil divulgou, na ocasião, nota em que relembrou que a visita de inspeção realizada em novembro de 2007 não encontrou qualquer restrição ao sistema de controle sanitário brasileiro. Houve restrições, entretanto, ao sistema de rastreabilidade. A partir daí, polêmica campanha contra a carne brasileira foi gerada pela "Irish Farmers Association" em relação às exportações brasileiras de carne para o mercado da UE.

Há entendimento de que há aproveitamento político do tema, o que decorre das declarações em que parlamentares vinculados aos ruralistas irlandeses defendem de maneira extremada e irracional o banimento total das exportações de carne brasileira para a União Européia.

A nota do MAPA ressaltou ainda que, em 2000, a União Européia foi forçada a impor em seu território um sistema de rastreabilidade bastante estrito, no contexto do sério problema com a BSE ("doença da vaca louca"). Os modelos de produção europeus eram, entretanto, radicalmente diferentes do brasileiro.

A decisão européia de questionar o sistema de rastreabilidade brasileiro foi considerada arbitrária e injustificada pelo MAPA. O Governo brasileiro entendeu que as medidas adotadas pela Comissão Européia foram desnecessárias, desproporcionais e injustificáveis, dada a ausência de risco de qualquer tipo à saúde humana e animal.

A campanha contra a carne brasileira foi vista como uma conspiração protecionista, não apenas contra as exportações brasileiras, mas também contra os consumidores europeus, que serão forçados a pagar preços ainda mais elevados por um produto que já tem preços exorbitantes. A Europa impõe encargos de 177% *ad valorem* em suas importações de carne. Surtos muito mais sérios de BSE ocorreram na Inglaterra, e não foram penalizados com o mesmo rigor. Aparentemente, o pecado brasileiro é ser competitivo.

A Embaixada do Brasil na Irlanda não detectou, entretanto, maiores animosidades nas relações bilaterais entre os países devido ao episódio. Avalia-se, no entanto, que um país generoso como a Irlanda tenha sua imagem associada à uma campanha injusta.

Será necessário envidar sérios esforços para procurar reconstruir a credibilidade dos mecanismos de controle do SISBOV ((Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos) e a ampliação da lista de estabelecimentos autorizados a exportar carne para a UE, pois a própria IFA estaria "shocked" com o reconhecimento do MAPA de irregularidades na emissão de certificados.

Investimentos no setor imobiliário

Realizou-se, em Dublin, nos dias 15 a 17 de fevereiro corrente, a "Sunday Business Post Property Expo 2008", evento que reuniu mais de 100 empresas especializadas na comercialização de casas e apartamentos em locais de veraneio. As empresas "Green Land Securities", com sede em Málaga, na Espanha, e a "Gold Coast", localizada em Belfast, ofereceram possibilidades de investimentos em imóveis localizados no Nordeste (Fortaleza, João Pessoa, Recife e Natal).

As dificuldades ainda enfrentadas pelas empresas que se especializam na comercialização de imóveis no Brasil são a falta de vôos "charters" entre a Irlanda e o Brasil (notadamente o Nordeste), as restrições do BACEN (Banco Central do Brasil) para estrangeiro abrir conta corrente e a falta de produtos financeiros competitivos (hipoteca e empréstimos imobiliários).

A realização de investimentos imobiliários por estrangeiros na costa brasileira revela-se uma fonte de recursos para o país e a criação de novos postos de trabalho. Constitui, igualmente, forma de assegurar fluxo perene de estrangeiros que anualmente poderão se deslocar ao Brasil com familiares. Como os imóveis no litoral do Nordeste estão sendo vendidos a preços bem inferiores aos praticados na Espanha, França ou Itália, cresce, igualmente, o interesse dos investidores irlandeses por informações sobre a economia brasileira (câmbio, taxas de juros, inflação e taxa de crescimento) e outras oportunidades de investimento e comércio.

TURISMO

Realizou-se, em Dublin, entre os dias 24 e 27 de Janeiro, o evento "The Holiday World Experience", organizado pela "Irish Travel Agents Association " e a "Business Exhitions Limited". O Brasil, repetindo a experiência do ano passado, esteve presente com estande de 24 m2. Além da Embratur, estiveram

representados a TAM, e a Imbev Ireland, distribuidora da cerveja Brahma. Como operadora participou a agência irlandesa "Beacon South America", empresa que oferece pacotes turísticos para várias cidades brasileiras e outros destinos na América do Sul. Como no ano passado, houve muitas consultas sobre a possibilidade de um vôo direto da Irlanda ao Brasil. O estande foi muito visitado tanto por agentes de viagens e operadores de turismo, quanto pelo grande público.

Caso a Embratur renove sua participação na edição de 2009 do "The Holiday World Experience", seria oportuna a presença de representantes das secretarias de turismo de Estados do Nordeste e do sul do país. Ademais, essas entidades promotoras poderiam convidar uma empresa de seu Estado para divulgar produtos e artesanato, à semelhança do que ocorreu nos estandes da Espanha e Itália. O representante da Embratur, Glauco Fuzinatto, foi consultado por editores de jornais e revistas especializadas sobre a possibilidade de serem convidados ao Brasil para "press-trips" patrocinados pelo Governo brasileiro. Essa possibilidade mereceria ser examinada com atenção, pois permitiria promover a imagem do país e atrair maior número de turistas, em particular de alto poder aquisitivo.

ONU

A Irlanda já manifestou apoio à expansão do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) em ambas as categorias de assentos. Posteriormente, passou a evitar manifestar-se sobre o tema. Não se manifestou sobre a candidatura brasileira a um assento permanente no CSNU.

DIPLOMACIA CULTURAL

Para o ano de 2008, está previsto o- Festival "Brazil Now", além do "Season of Brazilian Films", com exibição de filmes brasileiros pela Dublin City University (DCU).

COOPERAÇÃO JURÍDICA EM MATÉRIA PENAL

Brasil e Irlanda estão negociando Acordo Jurídico em Matéria Penal. Atualmente, a contraproposta irlandesa encontra-se em fase de análise pelo Ministério da Justiça do Brasil.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1991/2 – Abertura da Embaixada do Brasil em Dublin marca o início da intensificação das relações bilaterais, até então praticamente inexistentes.

1995 - Visita oficial da Presidente da Irlanda, Mary Robinson, ao Brasil (de caráter político-protocolar), indicativa do interesse irlandês no Brasil.

1998 – Início de onda emigratória brasileira para a Irlanda.

Junho de 1998 – Entendimentos entre Brasil e Irlanda levam à formação da Coalizão da Nova Agenda sobre desarmamento nuclear e não-proliferação.

1999 – Visita da Vice-Primeira-Ministra, Mary Harney, ao Brasil, no contexto das negociações entre a UE e a América Latina (Cúpula do Rio).

Agosto de 1999 – Inauguração de fábrica do Kerry Group no Brasil, primeiro investimento de vulto irlandês no país.

Maio de 2000 – Missão parlamentar e empresarial gaúcha, chefiada pelo Presidente da Assembléia Legislativa do RGS, visita a Irlanda.

2001 – Visita de Delegação da Comissão de Agricultura do Parlamento ao Brasil para tratar da liberalização do comércio internacional de produtos agrícolas.

2001 – Visitas do Procurador-Geral da República e da Dra. Ruth Cardoso à Irlanda.

Julho de 2001 - Visita oficial do Primeiro Ministro da Irlanda, Bertie Ahern, ao Brasil, resultando na abertura de Embaixada em Brasília.

Novembro de 2001 – Abertura da Embaixada da Irlanda em Brasília.

2002 – Visita do Ministro da Pesca e Meio-Ambiente ao Brasil, emblemática do interesse do Governo irlandês em fomentar as relações bilaterais.

Março de 2004 – Visita oficial da Presidente da Irlanda, Mary McAleese, ao Brasil, acompanhada de importante Delegação comercial.

Julho de 2004 – Abertura da "ECC Leasing Co. Ltd.", filiada ao Grupo EMBRAER, em Dublin.

Abril (7) de 2006 – Visita do Subsecretário-geral de Política-I (SGAP-I), do Ministério das Relações Exteriores, a Dublin; assinatura de Memorando de **Entendimento sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas** bilaterais anuais entre Brasil e Irlanda.

Maio de 2006 – Visita do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, à Irlanda, a primeira de um Ministro brasileiro.

Agosto de 2006 – Abertura de Escritório da "Enterprise Ireland" – agência mista de fomento do comércio – em São Paulo, com atuação na América do Sul.

Aviso nº 425 - C. Civil.

Em 2 de junho de 2008.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Irlanda.

Atenciosamente,

DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **Diário do Senado Federal**, de 5/6/2008.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF
(OS:13342/2008)